

EM DEFESA DA UNIDADE DA CONTEE E DOS TRABALHADORES

Somos herdeiros da tradição de organização, de luta por direitos e ampliação da democracia

Em suas origens, o movimento sindical brasileiro abraçou com determinação a luta pela ampliação dos direitos e a construção de um país democrático, justo e inclusivo. Apesar da dispersão geográfica, das diferenças de nacionalidades e das divisões ideológicas que marcaram os trabalhadores e trabalhadoras no início do século XX, quando o país engatinhava rumo à industrialização, estes souberam construir organizações sindicais que aglutinaram diversas categorias profissionais e colocaram na agenda política daquela época questões como a diminuição da jornada de trabalho, adoção de regras para contratação de menores e de mulheres, além das tradicionais lutas em torno do reconhecimento da organização sindical, da melhoria salarial e das condições de trabalho, entre tantas outras. Como exemplo dessas organizações, podemos citar o Primeiro Congresso Operário Brasileiro (COB) e as Federações de Operários que se espalharam nos diversos estados do país.

Na realidade, os trabalhadores e trabalhadoras procuravam transpor para o Brasil as experiências operárias desenvolvidas ao longo do século XIX, pois, à época, já se sabia que a construção de Centrais Sindicais fortes, politicamente definidas e com capacidade de desenvolver identidade de classe era algo fundamental para enfrentar a exploração capitalista. Os segmentos mais avançados da luta dos(as) trabalhadores(as) já haviam compreendido que sem organizações sindicais amplas, que congregassem diferentes categorias profissionais, não se superaria o “espírito de corpo” e não se desenvolveria uma verdadeira consciência de classe. Além disso, sabiam plenamente que a união dos trabalhadores e trabalhadoras era a primeira condição para conter a exploração do trabalho e instaurar uma sociedade socialista.

Essa compreensão de sindicalismo marcou a história dos(as) defensores(as) da unidade sindical e da luta cidadã dos trabalhadores e trabalhadoras em vários momentos devido à união entre os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, à conquista do voto feminino, à resistência a uma concepção de sindicalismo atrelado ao Estado, à luta “O PETRÓLEO É NOSSO”.

Brutalmente controlado no período pós 1964, o movimento sindical resistiu e revigorou-se a partir dos anos finais da década de 1970. Já no final dos anos 1960, muitos movimentos indicavam que o povo brasileiro não aceitava a ditadura militar: movimentos estudantis (maiores promotores de mobilização de massas, a exemplo da greve nacional dos(as) estudantes em protesto contra o assassinato do operário Santo Dias), movimentos de mulheres e de vários outros setores tomavam as ruas. A greve dos(as) metalúrgicos(as) de Contagem, em 1968, iniciada na Belgo-Mineira com 1600 operários(as), alastrou-se para a Mannesman, Pohlig Haeckel, Industram, Cimec e outras, paralisando $\frac{3}{4}$ de todos(as) os(as) metalúrgicos(as) da região. Os(as) operários(as) reiniciavam a luta pela democracia em nosso país. A greve dos (as) metalúrgicos (as) da Saab-scania, no ABC, em 1978 e a nova greve em 1979 com a histórica assembleia na Vila Euclides foram fatores fundamentais no enfrentamento da ditadura militar.

Ao lado das mobilizações retomadas pelos(as) metalúrgicos(as), algumas outras categorias profissionais reassumiam a luta pela democratização do país e em defesa dos seus direitos. Os(as) professores(as) marcaram firme presença nessa história. Em recente discurso para os sindicalistas, o Presidente Lula, lembrando sua vida sindical, repetiu que, no livro em que for registrada a história dos(as) trabalhadores(as), ao menos uma página deve ser dedicada à greve dos(as) professores(as) de Minas em 1979. Iniciada pelos(as) professores(as) do setor privado de ensino, essa mobilização envolveu os(as) trabalhadores (as) das escolas públicas e atingiu o surpreendente número de mais de 70 mil grevistas em manifestações gigantescas. Eram homens e mulheres que tomavam as ruas e emocionavam o povo ao enfrentarem os Batalhões de Choque armados com fuzis e cães. Assim, os(as) trabalhadores (as) da educação uniam suas vozes e suas forças aos operários das fábricas e aos trabalhadores do campo. A conquista de liberdade e dos direitos sociais eram as bandeiras que unificavam as lutas.

A busca da unidade pode ser resumida na máxima cunhada pelo movimento sindical da época: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, se juntar o bicho some!”. No curso do movimento de massas, muitos sindicatos foram retomados, outros fundados e outros tantos se firmaram num rumo mais progressista. Visando fortalecer à unidade dos(as) trabalhadores(as) e reconstruir uma organização nacional unificada, centenas de sindicatos, federações e confederações, apoiados por significativa parcela do movimento social, reuniram-se na CONCLAT - CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS - e construíram um grande movimento com bandeiras unificadas.

Posteriormente, não obtendo sucesso de unificação no II CONCLAT, esse movimento se dividiu em dois grandes grupos. Um deles fundou a CUT e outro criou uma articulação nacional ainda mantendo o nome CONCLAT. O movimento sindical não se reunificou e rapidamente surgiu outra

Central. A cisão do movimento se aprofundou, parcela dos que se organizavam na CONCLAT foi fortalecer a CUT e outras parcelas fundaram outras Centrais Sindicais.

Sabemos que o combate à exploração e o aperfeiçoamento civilizatório são um processo permanente. Nesse sentido, a CUT não apenas herdou uma tradição, mas se colocou na vanguarda, juntamente com outras Centrais e organizações sindicais, na defesa de temas que estão relacionados com o futuro, entre os quais se destacam: a defesa da redução da jornada de trabalho, a adoção das Resoluções 158 e 151 da OIT e o combate permanente de políticas que tentam flexibilizar as relações de trabalho, além de debater questões relacionadas com o desenvolvimento do país (crescimento econômico sustentável, geração de empregos, elevação do salário mínimo, entre outros.).

Ao longo de seus 25 anos, a CUT cumpriu um importante papel na luta em defesa dos(as) trabalhadores(as) e na articulação do movimento social. Articulou greves gerais, participou das disputas políticas sobre os rumos do país, lutou pela soberania nacional e serviu de instrumento contra a exploração do trabalho, ajudou a ampliar consideravelmente o patamar de direitos dos trabalhadores e protagonizou importantes conquistas relacionadas com a construção democrática e o desenvolvimento econômico do nosso país.

Mas, mesmo cumprindo importante papel na organização dos(as) trabalhadores(as), a CUT, por insuperáveis divergências internas quanto ao método e quanto a políticas e, ainda, acrescida à patente divisão na cúpula do movimento sindical, viu parte de seus membros se desfilarem e construir outras Centrais – CONLUTAS, Intersindical. Mais recentemente fundou-se a CTB, a Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil. Com a bandeira da unidade na luta e reunificação do movimento sindical, a CTB rapidamente se firmou, ajudou a realizar lutas unitárias com outras centrais, ganhou legitimidade e representatividade e já se apresenta com expressivo número de entidades filiadas no ramo do ensino privado.

A CONTEE surgiu sob o signo da Unidade

Em novembro de 1990, um conjunto de entidades sindicais de trabalhadores e trabalhadoras em estabelecimentos de ensino realizou, em Praia Grande - mesmo lugar onde, no início dos anos 1980, os(as) trabalhadores(as) brasileiros (as) se encontraram para forjar as bases do novo sindicalismo –, a Primeira Plenária que aprovou os princípios e fundou a Confederação do nosso setor. Na principal faixa que ornamentou essa plenária estava consignado um dos nossos valores: “CONSTRUINDO A UNIDADE POLÍTICA E ORGÂNICA DOS TRABALHADORES”. Para firmar esse compromisso e identificação, meses depois, na cidade de Guarapari, no Espírito Santo, 500 delegados e delegadas ratificaram a CONTEE e aprovaram a sua filiação à CUT. No próprio ato de fundação, massivo e democrático, com a presença de inúmeros Sindicatos, Federações e outras

entidades nacionais, demonstramos que estávamos formando uma Confederação diferente da cultura imobilista e cupulista ainda predominante na maioria das Confederações.

De pronto e assumindo as bandeiras de suas entidades sindicais de base, a CONTEE abraçou a defesa do ensino público e de qualidade socialmente referenciada, a luta pela regulamentação do setor privado de ensino e melhoria das condições salariais e de trabalho como elementos estratégicos das suas futuras lutas. A CONTEE foi fundada em uma conjuntura de hegemonia do projeto neoliberal. Juntamente com outras entidades sindicais, posicionou-se contra todas as medidas neoliberais e seus representantes políticos. Encorajou suas entidades a participar do movimento *Fora Collor*, esteve à frente de protestos contra a privatização, o desemprego e a flexibilização de direitos. Participou dos fóruns de políticas públicas em âmbito nacional, defendendo, em especial, a reforma na LDB, a partir das posições estabelecidas pelos fóruns participativos da sociedade brasileira (com destaque para os CONED's), estimulando suas entidades a também valorizarem a ocupação dos espaços institucionais onde transitam discussões e deliberações de políticas públicas na área da educação. Defendeu com coragem a importância de ampliação do controle social das instituições de ensino privado. Mais recentemente, afirmando o princípio de que EDUCAÇÃO é um BEM PÚBLICO, vem se contrapondo às políticas que querem reduzir a educação a mercadoria.

Ao longo desses anos de existência, as forças políticas e as entidades sindicais articuladas à nossa Confederação estabeleceram um padrão de convivência que prima pelo debate de ideias, pela construção de propostas e respeito às decisões coletivas tomadas pelos fóruns decisórios da CONTEE. Finalmente, essa experiência da construção de uma organização nacional, fundada na luta unitária para vencer o capital, deve servir de referência e instrumento de reunificação do movimento sindical brasileiro.

O fortalecimento de centrais sindicais em âmbito nacional é uma exigência da atual etapa da luta contra o capitalismo globalizado

Nas últimas décadas, o capitalismo intensificou a sua tendência de globalização. Constantemente somos informados do surgimento de grandes aglomerados econômicos que ultrapassam as fronteiras nacionais. Por outro lado, a produção e os serviços cada vez mais se desterritorializam em busca da ocupação de mercados e rebaixamento dos custos através da exploração acentuada da força de trabalho. Além disso, a predominância do capital financeiro tem provocado constantes crises, como a que vivemos atualmente. Todos esses movimentos, de uma forma ou de outra, acabam se reproduzindo no campo da educação, na medida em que o capital tenta transformá-la em uma mercadoria global e inseri-la no circuito dos investimentos financeiros. Portanto, o desafio

do sindicalismo sintonizado com o futuro e engajado seriamente na defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) não se constrói pelo isolamento, mas sim pelo fortalecimento das organizações sindicais amplas, em âmbito nacional e internacional. Mundialmente, o sindicalismo tem optado por estabelecer movimentos convergentes e evitado a fragmentação. Logo, circunscrever a defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) às fronteiras nacionais e ao interior das categorias é um equívoco lastimável que devemos evitar.

A CONTEE não pode assumir proposições que estejam em direção contrária ao esforço que os trabalhadores e as trabalhadoras realizam mundialmente. Uma entidade de envergadura nacional e da nossa estatuta não pode cometer o equívoco de não estar articulada e identificada com as organizações sindicais de luta e associadas às nossas bandeiras e princípios. Devemos às nossas bases uma mensagem de agregação e unidade, assumindo uma postura de engajamento na luta dos(as) trabalhadores(as) de todo o mundo.

Nesse sentido, a CONTEE tem intensificado sua atuação no âmbito internacional. É filiada à CEA (Confederação de Educadores Americanos) e ocupa a vice-presidência dessa entidade; é também filiada à CPLP-SE, da qual é fundadora e membro de sua diretoria. Nos últimos anos, a CONTEE tem ampliado sua participação no âmbito internacional. Aproximou-se da Internacional da Educação – IE -, que congrega entidades representativas dos trabalhadores(as) em educação dos cinco continentes. Participando de inúmeros seminários internacionais, encontros de formação, congressos regionais, temos disseminado nossa experiência na organização dos(as) trabalhadores(as) do setor privado da educação, a luta conjugada em defesa da educação pública e regulamentação do setor privado de ensino, que não encontra paralelo em nenhum lugar do mundo. Somos a maior entidade que congrega trabalhadores(as) em educação do setor privado e que tem como princípio a defesa da educação como bem público, direito de todos e dever do Estado. O processo de privatização da educação, de diminuição do papel do Estado, de inserção do capital transnacional na educação, de precarização das condições de trabalho tem se disseminado no continente americano, como também na Europa que, até poucas décadas, desenvolveu seu projeto educacional a partir da educação pública. A luta contra a intenção, no âmbito da OMC, de considerar a educação como um serviço e não um direito também é uma luta que não cabe a um único país e exige a unidade internacional no seu enfrentamento. Ao participar das atividades desenvolvidas tanto pela CEA quanto pela IE, introduzimos um novo item na pauta internacional de luta dos(as) trabalhadores(as) em educação: a necessária regulamentação do setor privado e a não mercantilização da educação. Mas esse protagonismo internacional não pode se limitar apenas ao continente americano ou a participações como convidados em eventos internacionais. É necessário que ampliemos nossa capacidade de intervenção política nas deliberações, na construção de políticas e documentos dessas organizações internacionais. A

CONTEE deve intensificar sua participação na CEA, na CPLP-SE, filiar-se à IE e passar a atuar e fortalecer a FISE, inclusive com sua filiação.

Por uma CONTEE mais UNIFICADA e mais FORTE

Nossa Confederação nunca abriu mão de um posicionamento claro na defesa intransigente dos(as) trabalhadores(as), de luta por uma sociedade justa e solidária e de respeito às nossas particularidades.

A gestão que se encerra foi mais uma prova prática de nossa capacidade de conduzir a Confederação com firmeza, unidade e amplo apoio a todos os membros de sua diretoria que quiseram promover a CONTEE e suas políticas. Resultado dessa nossa prática democrática e não hegemônica foi o crescimento da Confederação em número de entidades filiadas, em sua representatividade e amplo reconhecimento pelo movimento social e pelo poder público.

O VII CONATEE deve reafirmar os esforços de unidade nas diferenças, aprovar um programa de lutas e indicar um modo de organização e funcionamento de nossa entidade que aperfeiçoe a gestão democrática, aprofunde os vínculos com as entidades filiadas, que valorize a participação de todos(as) os(as) diretores(as).

Coerentes com nossa história de construção de uma Confederação unificada na luta e na organização, a EXECUTIVA da Confederação e as forças políticas nela representadas apresentam para compor a direção da CONTEE uma chapa unitária composta sob as seguintes bases:

- 1) Implementar o plano de lutas aprovado por esse VII CONATEE. Esse plano deverá ser assumido e implementado por todos(as) os(as) diretores(as), sem exclusão ou privilégio de nenhum deles(as), resguardadas as responsabilidades dos respectivos cargos. Destacamos: Luta pela Regulamentação do Setor Privado de Ensino no Brasil, afirmação da educação como bem público e não como uma mercadoria, luta em defesa da estabilidade dos dirigentes sindicais, defesa intransigente da remuneração das atividades extracurriculares desenvolvidas pelos(as) professores(as) do setor privado, desenvolvimento de parcerias com as entidades sindicais filiadas para políticas voltadas à saúde do(a) trabalhador(a) em educação, instrumentalização das entidades filiadas na construção de ferramentas organizativas e de comunicação;
- 2) Integrar todos(as) os(as) diretores(as) ao colegiado da CONTEE através de uma secretaria, regional ou, organicamente, às políticas desenvolvidas da Confederação;
- 3) Estruturar as Secretarias da CONTEE para seu melhor e regular funcionamento, bem como qualificar a Sede em Brasília através de assessorias, presença da Executiva e melhor infraestrutura.

4) Estabelecer relações com todas as Centrais Sindicais que defendam os(as) trabalhadores(as) e, junto com elas, apoiar todas as iniciativas que visem à unidade do movimento sindical e participar dos fóruns que contribuam para essa unidade;

5) Promover amplo e profundo debate acerca das Centrais Sindicais, incentivando suas filiadas a se incorporarem nessa discussão e, no próximo CONATEE, decidir sobre o melhor projeto de filiação a uma Central;

6) Ainda que filiada à CUT, a CONTEE deve reconhecer a CTB por sua importante representatividade junto às entidades sindicais da nossa confederação. A CONTEE deve assumir uma postura política e prática como se a ela estivesse filiada, usando sua logomarca nos materiais e página na Internet com indicação de sua condição de participante, garantindo a participação formal nos seus fóruns. Deve, também, pagar as mensalidades, conforme a representatividade dessa central junto às entidades sindicais.

Pelas razões acima apresentadas, propomos uma Chapa de UNIDADE.

Setor de Rádio e TV Sul Qd. 701, Edifício Assis Chateaubriand, Bloco 2, Sala 436

CEP: 70.340-906 – Brasília – DF

Tel.:(61)3223-2194 - Fax: (61)3226-1278